

Lançada campanha do MPCE que alerta sobre importância do saneamento básico e combate ao *Aedes aegypti*

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) lançou na sexta-feira (18) a campanha "Mais Saneamento. Menos mosquito". Com a presença do procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, e do governador do Estado, Camilo Santana, procuradores e promotores de Justiça, servidores do MPCE e representantes da sociedade civil conheceram as iniciativas da Instituição para mobilização no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya; e de garantia do saneamento básico em todo estado.

A campanha do MPCE tem dois eixos: ações a curto prazo de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, tendo à frente o Centro de Apoio Operacional da Cidadania (CAOCidadania); e ações a curto e médio prazos em prol do saneamento básico, sob responsabilidade do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente e Urbanismo (CAOMACE). Os CAOs darão apoio aos promotores de Justiça com atribuição para a defesa da Saúde Pública e também do Meio Ambiente, para atuarem em todos os municípios.

Na área de combate ao mosquito, serão feitas audiências públicas locais e regionais; orientação aos agentes de saúde sobre a nova lei que permite a entrada em imóveis abandonados ou fechados; acompanhamento dos indicadores de infestação; realização de um dia D estadual para mobilização nas promo-



rias de Justiça. No eixo do saneamento, será fomentado o desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico; efetivação dos Consórcios de Gestão Integrada; organização da coleta seletiva e reciclagem, especialmente nos municípios do interior; e ações para redução no número das redes ociosas de esgoto.

"Saneamento é um direito constitucional, mas também a população tem o dever de fazer a ligação à rede de esgoto para evitar que toda sociedade seja contaminada. E é nisso que o Ministério Público também vai atuar, buscando o cumprimento desta obrigação àquelas

pessoas que tenham rede de esgoto. E fiscalizando todas as ações desenvolvidas nos municípios e Estado de combate ao mosquito", explica Plácido Rios.

O governador Camilo Santana parabenizou a iniciativa do MPCE, ressaltando o papel fundamental na mobilização e conscientização da população e cobrança dos municípios. "Algumas cidades há anos têm o sistema de esgotamento implementado, mas não há interligação à rede de esgoto. Tem município que aprovou lei para não ligar. Então é imprescindível a participação do Ministério Público nessa causa", ressaltou.



Ministério Público do Ceará tem nova identidade visual

O Ministério Público do Estado do Ceará passa a ter nova identidade visual, adotando a sigla MPCE como padrão. O objetivo é facilitar o reconhecimento da Instituição e a sua correta identificação, aproximando o MPCE do cidadão. A identidade visual representa uma instituição e o serviço prestado, portanto, para utilizá-la é preciso seguir os padrões especificados no Manual de Identificação Visual do Ministério Público do Estado do Ceará, que está sendo elaborado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

O novo logotipo e o manual foram criados pelo técnico ministerial Carlos Costa, da equipe da ASCOM. A nova representação gráfica consolida a ins-



tuição, assegurando uma imagem de eficácia e organização. Com traços simplificados, o novo logotipo e o padrão de fonte e cor serão disponibilizados a todos os servidores e membros pela Intranet para serem aplicados em papel timbrado, envelope, apresentação em power point, cartão de visita, assinaturas de e-mails institucionais, folders, cartilhas e todo material gráfico do MPCE.

NUGE aprimora programa de estágio remunerado

O Núcleo Gestor de Estágio (NUGE) convocou os últimos 68 candidatos do curso de Direito pertencentes ao cadastro de reserva da capital, referente à seleção de estagiários regida pelo edital nº 080/2014. Foram convocados ainda quatro estudantes de outras áreas acadêmicas aprovados no certame público regido pelo edital nº 020/2013.

Em 2016, já foram publicados 25 editais convocando estagiários para todas as unidades regionais e da capital. Mais de 70 estudantes assumiram as atividades de estágio até o momento. O quadro de estagiários do MPCE foi ampliado para 350 vagas e houve ainda o aumento dos valores da bolsa e do auxílio-transporte, que foram atualizados para R\$ 880,00 e R\$ 121,00, respectivamente.

Além disso, para assegurar a continuidade do Programa de Estágio, o NUGE já requereu ao procurador-geral de Justiça, Plácido Rios, a designação de uma comissão especial para realizar um novo processo seletivo de estagiários de Direito para a instituição. Por fim, para garantir

a participação de um maior número de candidatos, mais instituições de Ensino Superior do Ceará e dos estados limítrofes estão sendo contatadas, buscando a celebração de novos convênios. Segundo o coordenador do NUGE, promotor de Justiça Nestor Rocha Cabral, todas essas medidas vêm sendo adotadas para aprimorar o Programa de Estágio Remunerado do MPCE.



MPCE reestrutura Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Os Núcleos de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) foram reestruturados: de três núcleos regionais localizados em Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral, as demandas passam agora a ser concentradas na capital cearense, com abrangência em todo o Estado do Ceará. Além disso, a exemplo de outros Estados da Federação, a denominação do órgão passa a ser Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher, com a sigla NUPROM.

A coordenação do NUPROM está a cargo do promotor de Justiça Análton Mendes de Sá Diniz, e compõem o órgão as promotoras de Justiça Roberta Coelho Maia Alves e Lucy Antoneli. "O Núcleo deverá atuar na formulação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, na conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência contra as mulheres, na correta aplicação das leis e tratados internacionais e ao enfrentamento da violência baseada no gênero, bem como na divulgação das normas e decisões referentes à matéria e na orientação e auxílio aos membros e servidores do MPCE e de outros órgãos", explica o coordenador do NUPROM.

BREVES

> Corregedoria altera periodicidade de relatórios

A Corregedoria-geral do MPCE informa que houve alteração na periodicidade do envio dos Relatórios de Inspeção das Unidades para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade para adolescentes, referentes à Resolução 67 (de 16 de março de 2011). A partir deste mês de março de 2016, os promotores de Justiça enviarão seus relatórios semestralmente, nos meses de MARÇO E SETEMBRO. Entretanto, as visitas às unidades de Internação e Semiliberdade continuarão bimestrais. O prazo final para o envio do Relatório de Inspeção Anual é 15 de abril.

> Acesso ao Sistema de Informação Penitenciário

A PGJ e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (SEJUS) firmaram convênio para o compartilhamento do Sistema de Informação Penitenciário - SISPEN, que contém as informações sobre entrada e saída de detentos. A ferramenta inclui dados pessoais, tipo de regime, resumo jurídico, álbum fotográfico, entre outras informações. O uso do sistema da SEJUS agora será permitido aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) indicados pela PGJ, sendo o acesso restrito àqueles com atuação na seara criminal e execução penal.